

## Apresentação

Fabiola Colombani Luengo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUENGO, FC. *A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 142 p. ISBN 978-85-7983-087-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# APRESENTAÇÃO

A relação entre indisciplina e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) tem sido muito discutida, atualmente, e se apresenta, corriqueiramente, no âmbito escolar. Porém ainda gera muitas controvérsias, pois há os profissionais que concordam com sua existência e os que discordam, alegando insuficiência de comprovações científicas.

O interesse na escolha do tema deste trabalho surgiu a partir de acontecimentos vividos ainda na infância, em que foi possível convivemos com a medicina higienista na escola, tanto pela sujeição à higienização – na condição de alunas – quanto por compartilhar, de forma bastante próxima, com médicos que demonstravam inquietações, críticas e discordâncias com relação a essa prática. Sob influência dessas vivências, somadas à atuação profissional ocorrida em lugar propício, essas interpelações já latentes contribuíram para a consolidação desta prática investigativa.

A atuação como psicóloga educacional teve início após contratação municipal a pedido da Secretaria da Educação, ocorrida em virtude de uma solicitação feita pela escola de um profissional que pudesse desenvolver um trabalho com crianças ditas “indisciplinadas”, pois os educadores tinham a expectativa de que o psicólogo contratado colaboraria avaliando, diagnosticando e posteriormente tratando toda e qualquer criança que apresentasse comportamentos considerados desviantes.

Desde o início, pudemos observar que a instituição tinha como hábito encaminhar crianças ao serviço de saúde quando apresentavam qualquer comportamento considerado pelos educadores como *anormal e patológico*.

Ao tomarmos conhecimento da situação, verificamos que havia um grande número de crianças encaminhadas por queixa escolar naquele ano, inclusive crianças muito pequenas, as quais se encontravam em tratamentos psicoterápicos e medicamentosos, sendo acompanhadas por diversos profissionais, como psicólogos, neurologistas, psiquiatras, neuropsicólogos, psicopedagogos e afins. Nas cartas de encaminhamento, a queixa principal era sempre a mesma, ou seja, essas crianças eram consideradas pelos professores agitadas e indisciplinadas.

A partir daquele momento, o assunto se tornou extremamente relevante para nós, e embora nesta pesquisa não haja a pretensão de resolver tal problema, temos o dever de lutar por esta causa, pois é visível aos nossos olhos que a problematização de tal tema é urgente e necessária e tais discussões devem ser levadas para fora dos muros acadêmicos, a fim de que a sociedade possa se beneficiar de nossas descobertas e constatações científicas.

A patologização escolar, segundo Collares & Moysés (1985, p.10), “consiste na busca de causas e soluções médicas, a nível organicista e individual, para problemas de origem eminentemente social”. Essa questão sempre esteve muito presente na instituição escola de diversas formas, o que foi determinando o contexto educacional. Atualmente, tal fato se manifesta pelos diversos transtornos que são relacionados à infância, em especial o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que, em tempos passados, recebia o nome de Disfunção Cerebral Mínima (DCM).

O TDAH pelo DSM-IV<sup>1</sup> ou Transtornos Hipercinéticos é, segundo a CID-10,<sup>2</sup> na atualidade, o transtorno com maior fre-

- 
1. DSM-IV – Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, *American Psychiatric Association*.
  2. CID-10 – Classificação Internacional de Doenças, Organização Mundial de Saúde (1993).

quência de encaminhamentos de crianças a centros especializados de neurologia pediátrica. Também é considerado pelos especialistas como um transtorno mental crônico, o qual evolui ao longo da vida e que, segundo eles, a criança manifesta logo na educação infantil. Com isso, crianças têm sido diagnosticadas e medicadas cada vez mais cedo.

Porém, não há, segundo os próprios neurologistas, comprovação por exames, do diagnóstico de tal transtorno:

podemos afirmar que até hoje, cem anos depois de terem sido aventados pela primeira vez por um oftalmologista inglês, os distúrbios neurológicos não tiveram suas existências comprovadas, é uma longa trajetória de mitos, estórias criadas, fatos reais que são perdidos/omitidos... Trata-se de uma pretensa doença neurológica jamais comprovada; inexistem critérios diagnósticos claros e precisos como exige a própria ciência neurológica; o conceito é vago demais, abrangente demais... (Collares & Moysés, 1994, p.29).

No âmbito escolar, o TDAH surge como justificativa para a repetência e o fracasso. Crianças que apresentam comportamentos que não correspondem ao esperado ou desejado pelos professores, são vistos como portadores de tal transtorno. Os pais, influenciados pelas queixas dos educadores, passam a procurar ajuda médica e psicológica com o intuito de sanar tais comportamentos considerados *anormais*, o que acarreta a medicalização, que surge como principal meio de “solucionar” o problema.

Desvencilhando-se completamente de uma visão organicista, biologizante e individualista, este livro procura caminhar a partir de uma visão crítica, que, à luz da teoria foucaultiana, vem tratar o problema sob uma ótica histórica e social, refletindo a disciplina e seus mecanismos institucionalizadores de poder.

Nesse sentido, temos como objetivos principais discutir a relação entre indisciplina e o diagnóstico de TDAH, a partir da queixa do professor da educação infantil. Pretendemos, ainda, ana-

lizar a postura dos educadores diante do processo de patologização no campo educacional, levando em conta a sociedade eugênica e disciplinar, que foi consolidada com a higienização no início do século XX, como também construir uma reflexão crítica das práticas sociais e educativas que ora se configuram, mediante a análise da educação contemporânea e do resgate histórico da escolarização no Brasil.

Esses objetivos se fazem pertinentes diante da hipótese de que, com o intuito de alfabetizar, a educação infantil está se tornando um ambiente disciplinador, que não corresponde ao caráter livre, criativo e comunicativo desejável para a infância; com essa prática, os educadores estão confusos em relação ao que é *normal* e ao que é *patológico*. Nesse impasse, os educadores não possuem uma concepção de criança ativa, produtora de seus desejos, autônoma e com direitos de expressar seus pensamentos. Assim, muitos dos comportamentos manifestos pelas crianças são vistos como *indisciplinados* e *agitados*, fazendo com que elas sejam vistas como “hiperativas”. Essa visão acarreta o encaminhamento aos profissionais da saúde e, posteriormente, aos longos tratamentos terapêuticos e medicamentosos.

Nessa perspectiva, a partir do levantamento das questões na pesquisa de campo, os capítulos foram construídos, segundo a seguinte organização.

O primeiro capítulo – “A história da higienização no Brasil: o controle, a eugenia e a ordem social como justificativa” – apresenta de forma breve a história da infância, e nele procuramos apontar os momentos em que a higienização foi se configurando e ganhando espaço no âmbito escolar. A importância desse capítulo consiste em localizar historicamente a questão do controle e do disciplinamento, que se fez tão presente nas práticas eugênicas e higienistas com o objetivo de alcançar a ordem social.

O segundo capítulo – “Disciplina/indisciplina: educação infantil, espaço de liberdade ou de modelamento?” – buscou refletir sobre os conceitos de disciplina/indisciplina e seus mecanismos de poder, sinalizando alguns acontecimentos históricos, transpondo-os

para os dias atuais. Esse é um tema de suma importância nesta pesquisa, pois o consideramos como um dos pilares que sustentam a medicalização escolar.

O terceiro capítulo – “Patologização e medicalização infantil: a vigilância punitiva” – teve o intuito de instigar ainda mais a preocupação com o ato de patologizar e medicalizar a infância, assim como trazer dados sobre o TDAH e a indústria farmacológica no Brasil.

O quarto capítulo – “Estratégias metodológicas e procedimentos” – procura evidenciar o caminho percorrido metodologicamente, explicitando os instrumentos que foram utilizados para a construção desta pesquisa.

O quinto capítulo – “Análise dos dados e os eixos temáticos” – apresenta todos os dados coletados para análise, divididos em três instrumentos de pesquisa: observações, relatos pedagógicos (por escrito) e entrevistas semiestruturadas, que foram organizados em oito eixos, sendo eles: Rotina, Religiosidade, Patologização e Medicalização, Relação professor-aluno, Apostila, Indisciplina (atitudes tomadas), Controle e Disciplinamento e Encaminhamentos de alunos/Diagnósticos.

Vemos, por fim, uma forma de trazer à tona questões presentes no cotidiano escolar e que se perpetuam a partir de uma prática estigmatizante, marcando a criança com o rótulo da *anormalidade*, o que pode levar, como consequência, à medicalização.